



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/02/2024 a 29/02/2024

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/9

1.2024.N	Sessão Ordinária - CD	05/02/2024-15:52
Publ.: DCN - 06/02/2024 -	Arthur Lira-PP -AL	
	ABERTURA	OUTROS DISCURSO

Sumário

O Presidente da Câmara dos Deputados, durante Sessão Solene destinada a inaugurar a 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, destacou o compromisso da Casa com a democracia e sua contribuição para o desenvolvimento do Brasil. Ressaltou as conquistas do ano anterior, como a aprovação da reforma tributária e do arcabouço fiscal, e reiterou a importância da independência do Legislativo na elaboração do Orçamento da União. Afirmou a determinação da Câmara dos Deputados em seguir avançando em diversas áreas, como reforma administrativa, sustentabilidade ambiental e uso responsável da inteligência artificial. Além disso, destacou a criação da Bancada Negra como um avanço na representatividade política. Concluiu com otimismo e confiança no trabalho colaborativo entre os Poderes para atender aos anseios da população brasileira.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Exmo. Sr. Presidente da Mesa e do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco; Exmo. Sr. Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Edson Fachin; Exmo. Sr. Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República, Rui Costa; Exmo. Sr. Ministro de Estado da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Alexandre Padilha; Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, Paulo Gonet Branco; Exmo. Sr. 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Federal Luciano Bivar; Ministros de Estado presentes; representantes de embaixadas; embaixadores; membros do Poder Executivo; Deputados; Deputadas; Senadores e Senadoras, é com sentimento de muito otimismo e grande responsabilidade que represento a Câmara dos Deputados na abertura do segundo ano legislativo desta 57ª Legislatura.

Reitero meu orgulho de estar à frente da Câmara dos Deputados, o mais democrático dos Poderes da República, por sua diversidade política, por seu amplo debate, por abrigar as diferentes correntes políticas do País e de todas as

regiões.

A Câmara dos Deputados não deixou de dar a sua contribuição para o Brasil no ano passado. Discutiu e alterou matérias essenciais para o desenvolvimento econômico e social da nação.

Logo após as urnas se pronunciarem, fomos o primeiro Poder a reconhecer o resultado das eleições, demonstrando compromisso com a democracia.

Na sequência, viabilizamos a aprovação da PEC da Transição, ainda nos primeiros dias do Governo eleito, evitando um colapso orçamentário e de gestão que se anunciava. Nós não nos furtamos ao dever constitucional de garantir governabilidade ao País. Também votamos e garantimos as condições necessárias para a volta de programas relevantes, tais como o Minha Casa, Minha Vida, o Bolsa Família e o Mais Médicos, para citar apenas alguns deles.

Atuamos pelo social e pela economia, quando, por exemplo, atendemos a solicitação do Poder Executivo por mudanças no CARF — Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Em seguida, demos as condições para viabilizar a estrutura proposta para a Esplanada dos Ministérios, com as mudanças que a Casa achou e considerou pertinentes.

Todas — repito: todas! — as pautas de Estado andaram e receberam nossa atenção e empenho.

A reforma tributária gestada, discutida e consensuada nesta Casa e no Congresso Nacional é uma das mais expressivas vitórias e uma indiscutível evolução pretendida há mais de 40 anos, um passo gigantesco para a criação de um ambiente de negócios mais amigável, seguro, moderno e que simplificará a vida dos contribuintes, bem como a do próprio Governo.

Outro elemento de previsibilidade institucional e jurídica, com impacto direto nos bons números da economia, foi a nossa luta pelas discussões e debates que culminaram na aprovação do importantíssimo arcabouço fiscal. Mais uma vez, esta Casa não faltou ao País! Discutiu, emendou e confirmou os parâmetros para aquilo que é bom para as contas públicas. É uma lei de Estado, não de um governo, mas um legado ao Brasil deixado por esta composição da Câmara dos Deputados.

O balanço numérico desta Casa no ano de 2023 é expressivo e merece ser registrado e aplaudido. Foram mais de mil horas de trabalho no Plenário, com 293 sessões. Foram aprovados 137 projetos de lei. Tudo aquilo que era de interesse do Brasil recebeu apoio, atenção e toda a energia desta Casa.

Por todo esse legado deixado e pelo serviço prestado ao País, deixo aqui meus mais sinceros agradecimentos aos 512 Deputados e Deputadas Federais que

honraram o seu compromisso com o povo que os elegeu.

Errará — repito: errará! — grosseiramente qualquer um que aposte numa suposta inércia desta Câmara dos Deputados neste ano de 2024, seja em razão das eleições municipais que se avizinharam, seja ainda em razão de especulações sobre eleições para a próxima Mesa Diretora, a ocorrerem apenas no próximo ano. Errará ainda mais quem apostar na omissão desta Casa, que tanto serve e serviu ao Brasil, em razão de uma suposta disputa política entre a Câmara dos Deputados e o Poder Executivo.

Para esses que não acompanharam o nosso ritmo de entregas e realizações, deixo aqui humildemente um importante recado: não subestimem esta Mesa Diretora! Não subestimem os membros do Parlamento e desta legislatura!

(Palmas.)

Quem tanto fez ano passado abre hoje o ano legislativo com foco, determinação e mais vontade de entregar aquilo que realmente interessa ao País.

O que queremos para 2024 é mais avanço e mais aprimoramento legislativo, pelo bem do Brasil. E, para isso, seguiremos firmes na prática da boa política, pressuposto mais do que necessário para o exercício da própria democracia.

E a boa política, como sabemos, apoia-se num pilar essencial: o respeito aos acordos firmados e o compromisso com a palavra empenhada.

(Palmas.)

E esse exemplo de boa política e de honradez com os compromissos assumidos dado por esta Casa, marcando o ano de 2023 e permitindo a conquista de tantos avanços, também será a tônica de 2024.

É por nos mantermos fiéis à boa política e ao cumprimento de todos os ajustes que firmamos que exigimos como natural contrapartida o respeito às decisões e o fiel cumprimento dos acordos firmados com o Parlamento.

Conquistas como a desoneração da folha de pagamentos e o PERSE — Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, essencial para que milhões de empregos de um setor devastado pela pandemia se sustentem, não podem retroceder sem uma ampla discussão com este Parlamento.

É fundamental também relembrar que nossa Constituição garante ao Poder Legislativo o direito de discutir, modificar, emendar, para somente aí aprovar a peça orçamentária oriunda do Poder Executivo.

Não fomos eleitos, nenhum de nós, para sermos carimbadores. Não é isso o que o povo brasileiro espera de nós. O povo espera, sim, independência e

somatório de esforços sempre a favor do nosso País.

O Orçamento da União pertence a todos e todas, não apenas ao Executivo, porque, se assim o fosse, a Constituição não determinaria a necessária participação do Poder Legislativo em sua confecção e final aprovação.

O Orçamento é de todos e para todos os brasileiros e brasileiras: não é nem pode ser de autoria exclusiva do Poder Executivo e muito menos de uma burocracia técnica, que, apesar do seu preparo — e eu não discuto isso —, não foi eleita para escolher as prioridades da Nação e não gasta a sola do sapato percorrendo os pequenos Municípios brasileiros como nós Parlamentares — Senadores e Deputados.

(Palmas.)

Somos nós que nos dividimos entre Plenário, Ministérios e nossas bases, sendo a voz dos nossos representados.

Não admitimos que sejamos criticados por isso. Quanto mais intervenções o Congresso Nacional fizer no Orçamento, tenham certeza, mais o Brasil esquecido será ouvido. Nós somos o elo e a voz dos nossos 5.568 Municípios.

Vejam que não faltamos ao Governo e esperamos, da mesma forma, reconhecimento, respeito e compromisso com a palavra dada. É uma cláusula pétreia do nosso dia a dia no Parlamento que nos permite, permitiu e permitirá construir uma lealdade interna firme e capaz de se reverter em tantos avanços.

Reitero, pois, o compromisso de liderar por mais este ano o ritmo dessas entregas, Ministro Rui Costa, para o Brasil, com harmonia e trabalho, honrando cada compromisso estabelecido. E, de minha parte, não espero menos do que isso de cada um dos nossos 512 colegas de trabalho. É com essa regra do jogo simples, essencial, que vamos fazer nosso papel de legislar e de aprovar todas as matérias que forem de interesse do Brasil e dos brasileiros.

Meus amigos e minhas amigas, esta Casa nunca foi ponto de tensão nem de desequilíbrio. Muito antes, pelo contrário. V.Exas. todos são testemunhas de que nós — a Casa — fomos o equilíbrio entre Poderes nos momentos recentes e tensos de nossa República.

Neste ano, nós temos alguns compromissos inadiáveis, fundamentais, e tenho certeza de que cada um de nós estará à altura dessa missão.

Vamos seguir como locomotiva das reformas pleiteadas pela sociedade, desenhandos soluções de consenso, que, se não são ideais, são as possíveis na diversidade de interesses típicos de um país grande, complexo e diverso como o Brasil.

Vamos aprovar sempre o que for importante para o Brasil e para os brasileiros,

mas não permitimos a revisão de matérias chanceladas por este Congresso Nacional. Não aprovaremos retrocessos de qualquer natureza. O Brasil pede para seguir em frente, e não podemos olhá-lo através de um retrovisor. Temos essencialmente pressa em crescer.

Nesta nossa 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, continuaremos dando nossa contribuição para o desenvolvimento econômico, social e político do País.

Temos uma agenda inicial já prevista: a regulamentação da reforma tributária, a retomada da discussão da reforma administrativa e a aprovação da pauta de projetos da chamada "Pauta Verde", para consolidarmos a participação do Brasil na COP 30, que será realizada em Belém, no ano que vem.

Neste ano, iremos apreciar a vasta legislação infraconstitucional atinente à reforma tributária, contribuindo, assim, para melhorar nosso ambiente de negócios, atrair investimentos e reduzir os custos que corroem a nossa competitividade.

Da mesma forma, se no ano passado apreciamos e votamos diversas matérias voltadas para a sustentabilidade ambiental, neste ano continuaremos a priorizar o debate sobre os projetos relativos a essa área.

O Brasil tem enorme compromisso com a chamada "Pauta Verde", fundamental no esforço global que tem sido feito em busca da proteção ao meio ambiente, da transição energética e do fomento da economia sustentável.

Todos sabem que defendo a necessidade de uma reforma administrativa que atualize o serviço público brasileiro para a terceira década deste terceiro milênio. Trata-se de proposta que mantém — repito, mantém — conquistas, mas que, acima de tudo, busca racionalidade, eficiência e melhor prestação de serviços à população.

Todos sabem também que a vontade deste Presidente é sempre, foi sempre e será sempre submetida à discussão democrática, e só irá adiante quando for basicamente consensuada. Nossa agenda é discutida à luz do dia, com transparência e participação dos partidos através do hoje efetivo e funcional Colégio de Líderes.

Aproveito a oportunidade para, em nome de todos e da Mesa Diretora, agradecer a esse colegiado, que trabalhou arduamente no ano de 2023, a enorme contribuição que tem dado ao andamento dos trabalhos desta Casa. Queria aqui me congratular e parabenizar todos os Líderes que funcionaram em 2023, os que retornarão em 2024 e os que assumirão essa árdua e difícil missão neste ano.

Neste ano, não poderemos deixar de dedicar atenção também ao uso crescente de algo que é essencial, mas muito polêmico: a inteligência artificial. Sabemos



que, sem a necessária regulamentação da inteligência artificial, esses instrumentos podem, entre outros males, distorcer a vontade popular, sobretudo em ano eleitoral. Essas distorções comprometem a representatividade dos eleitos, afetando, assim, um dos fundamentos essenciais da nossa democracia.

Por fim, continuaremos a contemplar a agenda social para que as demandas da população não sejam negligenciadas e para que possamos reduzir as injustiças sociais. Fato relevante, nesse sentido, foi a institucionalização, no ano passado, da Bancada Negra na Câmara dos Deputados. Composta por mais de 120 Deputados e Deputadas, esse grupo passou a ter voz e voto permanentes nas reuniões do Colégio de Líderes, tal como já acontecia com a bancada feminina.

Não usurparemos os limites estabelecidos pela Constituição, assim como não permitiremos que o façam conosco. Estarei sempre atento e vigilante em relação ao papel institucional de cada poder da República.

Neste ano legislativo, agora inaugurado, nosso desafio é seguir avançando, sem embates, sem acirrar polarizações, com respeito, em uma construção interna positiva.

Tenho a sincera esperança de que nossa condução participativa, respeitosa, compreendendo as diferenças e buscando pontos de união, se reflita em nossas ruas, casas e locais de trabalho. É hora de encerrarmos essa polarização raivosa para abraçarmos o sadio e necessário debate de ideias, tal como deu exemplo esta Câmara dos Deputados no ano de 2023.

Meu sentimento hoje é de otimismo e de confiança na capacidade do Legislativo de continuar trabalhando em sintonia com os mais caros anseios populares, em parceria colaborativa com o Executivo e com o Judiciário.

Vamos em frente! Boa sorte a todos e um bom 2024 para todos nós.

Muito obrigado.

Documento 2/9

1.2024

Sessão Ordinária - CD

06/02/2024-16:24

Publ.: DCD - 07/02/2024

Luiz Couto-PT -PB

-

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado elogiou o Governo Lula por estabilizar a democracia, posicionar o Brasil globalmente e aprovar a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de

2019, que trata da reforma tributária, destacando o compromisso com o diálogo democrático em 2024.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, começo este pronunciamento fazendo referência à frase dita por Napoleão Bonaparte que afirma: *"Nada é mais difícil e, portanto, tão precioso do que ser capaz de decidir"*.

A capacidade de decidir o futuro de um país é uma tarefa extremamente difícil, e só os sábios sabem conduzir tão bem esse destino.

O Governo Lula conseguiu, em pouco tempo, estabilizar a ferida da democracia; trazer o Brasil para o centro do mundo, em um ato de dignidade e respeito como nunca antes visto no cenário internacional; estabilizar as relações entre os três Poderes, respeitando a Constituição e os limites de cada um; e o melhor: trazer esperança ao brasileiro.

Ser progressista e democrático é negociar boas pautas com o Congresso. Essa negociação considera o diálogo e as opiniões, sem distinção de partido ou de sigla. O Governo está alinhado ao princípio da sabedoria, e um exemplo claro disso foi a aprovação nas duas Casas da reforma tributária.

Em 2024 não será diferente. O Governo sabe governar com bons olhos e o coração voltado ao povo brasileiro. Assim como afirmou Lula, temos que restabelecer uma regra extraordinária, a capacidade de conversação e de diálogo.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Lula está agindo, o Ministro Padilha está trabalhando com honra e garra, e por isso não vamos aceitar as negociatas, mas dialogar com democracia e respeito, porque o País é grande e agigantado por um povo que tem sede de justiça e de oportunidade de crescer.

Parabenizo o melhor Presidente da história deste País, Luiz Inácio Lula da Silva. Parabenizo todos os Ministros pela capacidade de dialogar com todos. Parabenizo todos os funcionários da Esplanada que, com suas funções e competências, têm entendido que a democracia vive e está de pé para servir, mais uma vez, ao povo brasileiro.

Sr. Presidente, peço a devida publicidade deste pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 3/9

1.2024

Publ.: DCD - 07/02/2024 -

Sessão Ordinária - CD

Bohn Gass-PT -RS

06/02/2024-20:00

Sumário

O Deputado destacou avanços econômicos e sociais no Brasil em 2024, promovidos pelo Governo Lula, como o aumento do salário mínimo e a redução da inflação e do desemprego. Ressaltou a recuperação da imagem internacional do País e o fortalecimento da economia. No entanto, apontou desafios como a alta taxa de juros e a necessidade de investimentos em infraestrutura. Criticou a Oposição por priorizar a garantia de recursos para emendas parlamentares e atacar instituições como o Supremo Tribunal Federal. Reprovou o legado do Governo do ex-Presidente Jair Bolsonaro. Ao final, defendeu as prioridades do Governo Lula como a reforma tributária e o investimento em indústrias sustentáveis para enfrentar os desafios climáticos.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Merece a referência.

Deputado Pompeo de Mattos, nosso Presidente, parabéns pela condução dos trabalhos!

Colegas Deputados e Deputadas, quero falar sobre o Brasil neste início do ano de 2024. Como ele está? O salário mínimo já vale 7% a mais do que em 2023 — significa que 60 milhões de pessoas já ganham melhor. O nosso maior programa de renda, o Bolsa Família, beneficia 56 milhões de pessoas, que, em média, recebem 670 reais — significa que o País está cuidando melhor das pessoas. A inflação sobre alimentos, que, com Bolsonaro, passou de 11%, com o Lula foi de 1,03% no ano passado, a menor em 6 anos. Fechamos 2023 com 7,4% de desemprego — aí, sim, a menor taxa de desemprego desde 2015, o que significa que o povo já come um pouco melhor e tem mais oportunidades. Aquele Brasil fascista de Bolsonaro, que só produziu fome, devastação ambiental, vergonhas internacionais, voltou a ser a 9ª economia do mundo e tem reservas de 355 bilhões de dólares — significa que a imagem do Brasil, o ambiente de negócios e a credibilidade do País estão muito melhores.

Mas não está tudo bem. Os juros ainda estão muito altos, deveriam ter uma queda mais forte, para a economia crescer melhor. A infraestrutura carece de muitas obras, e há muito que fazer. Mas, diante da ruína que Bolsonaro deixou como herança para Lula, podemos afirmar, sem medo de errar, que nunca se fez tanto em tão pouco tempo. É por isso que a Oposição não fala mais de economia. Aliás, nossos adversários não falam mais sequer de saúde pública. Qual é a pauta deles? Garantir bilhões em emendas. Aliás, esse avanço do Poder Legislativo sobre o Poder Executivo não tem parâmetro em nenhum lugar do mundo. O que mais importa à Oposição? Neste momento, atacar o Supremo Tribunal Federal. Querem, por exemplo, ter o direito de ofender e caluniar, de chamar isso de "liberdade de expressão", sem punição constitucional. Querem criminalizar as mulheres pobres que abortam e querem

negar o direito de doentes a se tratarem com canabidiol. Chamam isso de "defesa da família". Numa democracia, é claro que se pode discutir o limite dos Poderes, mas sempre para aprimorar o sistema. Esse não é o caso da Oposição brasileira, que continua exibindo o seu negacionismo e mal disfarça o pavor de que o seu caráter golpista seja punido.

Enquanto isso, o Governo Lula segue trabalhando pelo que realmente importa. O que realmente importa neste momento? A regulamentação da reforma tributária, para que os mais ricos paguem mais, e os mais pobres paguem menos. A reforma tributária é progressiva. O que importa é colocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento, gerar e distribuir renda, investir em uma nova indústria, sustentável, como exige o evidente e trágico desastre climático que vivemos atualmente. O Governo Lula caminha neste rumo: o de um Brasil forte, potente, respeitado lá fora e respeitando o seu povo aqui, internamente.

Era isso, Sr. Presidente.

Gostaria de pedir que meu pronunciamento fosse divulgado nos veículos de comunicação da Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 4/9

1.2024 Sessão Ordinária - CD 06/02/2024-17:40
Publ.: DCD - 07/02/2024 Zé Neto-PT -BA
-
BREVES BREVES
COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado comemorou a aprovação da reforma tributária. Mencionou um investimento de 45 bilhões de reais por montadoras automotivas nos próximos 4 anos no Brasil, especialmente na Bahia. Destacou a importância de permitir a instalação de plantas de carros elétricos, a despeito de contratempos anteriores. Parabenizou o Governador Jerônimo Rodrigues e todos envolvidos na aprovação da reforma tributária.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas pontuar um ganho importante para o Brasil conquistado neste Parlamento. Eu fiz o bom combate nas discussões sobre reforma tributária. Fomos derrotados por conta de um pedido de São Paulo sobre prorrogação dos benefícios para a indústria automobilística. Temiam a BYD na Bahia. Pois bem, graças à BYD na Bahia, estou agora anunciando 45 bilhões de reais de

investimento das montadoras no Brasil nos próximos 4 anos. Era o que nós dizíamos.

Só tenho a dizer uma coisa: parabéns, Governador Jerônimo, e parabéns a todos que restituíram a reforma tributária, esse ganho extraordinário para o Brasil, que vai permitir que as plantas de carro elétrico possam ser instaladas no Brasil, como na Bahia, forçando um investimento de 45 bilhões de reais em novos carros.

Documento 5/9

1.2024 Sessão Ordinária - CD 06/02/2024-17:48
Publ.: DCD - 07/02/2024 - Zeca Dirceu-PT -PR
BREVES COMUNICAÇÕES COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

O Deputado se despediu do cargo de Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, destacando a tradição do PT no exercício do rodízio anual na Liderança. Expressou gratidão pela colaboração, diálogo e debates na Casa, considerando o período como muito positivo. Saudou o novo Líder, Deputado Odair Cunha, garantindo respaldo e participação. Ressaltou conquistas, como o aumento no orçamento da Educação e da Saúde, destacando a transformação positiva no Brasil e a importância da regulamentação da reforma tributária. Por fim, expressou confiança na capacidade de articulação do novo Líder para encontrar soluções em prol do País.

O SR. ZECA DIRCEU (Bloco/PT - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Deputados e Deputadas e todos que nos assistem e nos ouvem pela *TV Câmara* e pela *Rádio Câmara*, a bancada do Partido dos Trabalhadores, desde o início, há mais de 40 anos, tem uma tradição, que é o exercício do rodízio anual, a cada 12 meses, na condução da Liderança. Estou encerrando um período de 12 meses. Quero cumprimentar o Presidente Lira e saudar todos os membros da Mesa Diretora e todos os demais Líderes de partido. Agradeço o companheirismo, a boa convivência, o diálogo, os debates que nós tivemos nesta Casa, que para mim foram um aprendizado muito grande. Eu considero os últimos 12 meses um período muito positivo. Nossa bancada, junto com muitas outras, deu a devida contribuição ao País e, principalmente, à sustentação do Governo do Presidente Lula, às transformações positivas que o Brasil já está vivendo.

Meu companheiro Deputado Odair Cunha, do PT de Minas Gerais, assume agora a Liderança da nossa bancada e, em consequência, a Liderança também da federação, onde trabalhamos irmanados com o PV e o PCdoB. O Deputado Odair é muito experiente, está no Parlamento há muito tempo, e já teve

experiências no Executivo. Tenho certeza de que ele vai fazer um grande trabalho. Da minha parte, ele terá respaldo, apoio e participação para o que entender necessário.

Da mesma maneira, coloco-me à disposição de todos os demais Deputados e Deputadas, seja para atuar junto do novo Líder da nossa bancada, seja em prol da nossa responsabilidade de governar o País ao lado do Presidente Lula. Continuamos servindo, colaborando para o diálogo com serenidade, equilíbrio, bom senso, para a tomada de decisões e a criação de soluções, de alternativas que possam melhorar a vida do povo brasileiro.

Vou dar dois exemplos, e concluo a minha fala.

O orçamento da Educação, durante 6 anos, foi destruído neste País, reduzido ano a ano. No ano passado, já tivemos condições de implementar um aumento, se não me engano de 10 bilhões, ou de 12 bilhões de reais. E para este ano nós teremos mais um grande volume de investimentos, que vai permitir a implantação da educação integral e a expansão dos institutos federais. Nós vamos lutar para mudar algumas questões e para dar mais apoio também às universidades públicas.

O outro exemplo é da área da saúde, a que mais preocupa as pessoas, a área onde há mais fragilidade lá na ponta, dados os altos custos de execução dos serviços. Ano passado nós já aumentamos o orçamento da Saúde como não se viu acontecer nos anos anteriores, e o orçamento aprovado para este ano tem mais de 50 bilhões de reais de recursos adicionais, que nós vamos ver aplicados no SUS. Vamos ampliar as campanhas de vacinação, que já estão sendo muito bem conduzidas, retomadas agora com a inovação da vacina contra a dengue. Vamos poder dar estrutura de funcionamento ao SAMU, às UPA's, e apoio maior ao funcionamento dos nossos hospitais, em especial das santas casas, dos filantrópicos, e da atenção básica, das unidades básicas de saúde, em parceria com os Estados e os Municípios. Tenho certeza de que a Ministra Nísia, com a sua equipe, e com a nossa contribuição, com a nossa colaboração, vai saber transformar esse orçamento, muito maior, que nós teremos este ano na área da saúde em algo que melhore a vida de cada brasileiro e brasileira. E, é claro, a saúde, como um setor importante da economia, pode também dar uma contribuição ainda maior para tudo de positivo que nós vimos acontecer na economia do Brasil ano passado e estamos vendo acontecer este ano. Para quem imaginava um início de ano muito difícil do ponto de vista da economia, para quem imaginava um início de ano tímido, já estão aí os primeiros números e as manifestações não só da área econômica, mas também do Banco Central e de analistas internacionais. O Brasil foi, no ano passado, o segundo destino de investimentos de todo o mundo, e a arrecadação já começou forte no mês de janeiro. Não estou dizendo que não existem problemas, que não existem erros, mas estamos buscando, com muita humildade, encontrar soluções, errar menos, acertar mais.

Que esta Casa tenha, agora com a Liderança do Deputado Odair Cunha, muita

capacidade de articulação política, para que encontremos soluções a favor do Brasil, entre elas a regulamentação da reforma tributária.

Está aqui o Deputado Reginaldo Lopes, que é da nossa bancada e foi o Líder que me antecedeu. Ele coordenou, junto com muitos aqui, esse processo de reforma tributária que agora nos impõe um desafio muito grande.

Fica a minha gratidão àqueles que me ajudaram na condição de Líder, a minha gratidão àqueles que tiveram paciência comigo diante de uma tarefa que eu nunca tinha executado. Deixo as minhas desculpas por um erro, um equívoco ou coisa parecida que eu tenha cometido. Mas, como eu disse, saio com o sentimento de dever cumprido, depois de um ano tão positivo que nós tivemos, que o Brasil teve.

Obrigado.

Documento 6/9

1.2024

Publ.: DCD - 07/02/2024 -

Sessão Ordinária - CD

06/02/2024-19:08

Darci de Matos-PSD -SC

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância do empreendedorismo e das reformas estruturantes para o desenvolvimento econômico do Brasil. Alertou sobre regulamentação da reforma tributária e fez apelo pela votação do Projeto de Lei Complementar nº108, de 2021, que trata do enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) e permite que o MEI contrate até 2 (dois) empregados.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesse tempo do bloco de que faz parte o PSD, desejo falar sobre a importância do empreendedorismo e, sobretudo, da área econômica do Brasil.

Sr. Presidente, todos sabem que a melhor forma de distribuição de renda, que a melhor forma de ascensão social — e isso está comprovado há muitas décadas — é exatamente promovermos o desenvolvimento econômico, criando condições e um ambiente adequado para que o empreendedorismo, que é uma veia forte do nosso País, possa crescer e se desenvolver, possa ir adiante, gerar emprego, renda, receita, para bancarmos as políticas públicas do Governo

Federal, do Governo Estadual e do Governo Municipal.

Sr. Presidente, nesse contexto, eu não posso deixar de falar da importância das três reformas estruturantes do nosso País, porque não adianta mudar somente as pessoas, é preciso mudar também o sistema e fazer aquelas reformas estruturantes fundamentais.

Nós temos que citar a reforma da Previdência, que aprovamos na legislatura passada, fundamental, racional, que promoveu economia e que dá segurança aos aposentados para que possam receber seus salários em dia e, com certeza absoluta, durante toda a sua vida.

A segunda reforma estruturante, Sr. Presidente, diz respeito à reforma tributária, que nós aprovamos há poucos dias, que passou pelo Senado, que voltou e que já está na Constituição. Sr. Presidente, a reforma tributária, no meu entendimento, ao longo dos 10 anos em que será implantada, vai tornar o Brasil um país competitivo, porque hoje nós temos um arcabouço tributário antigo, arcaico, atrasado, que não é transparente, que não é justo, porque cobra valores elevadíssimos do consumo e que também é muito complexo: gasta-se muito para promover a contribuição.

Portanto, Sr. Presidente, essa reforma tributária vai nos igualar aos mais de 170 países no mundo que já têm um imposto único. A reforma tributária é fundamental para que nós possamos transformar o Brasil num país competitivo. No entanto, nós aprovamos o arcabouço geral. Nós aprovamos os limites, mas nós precisamos fazer a chamada regulamentação, que vai acontecer através dos projetos de lei complementar. Por meio desses projetos vamos decidir o IVA, a alíquota, aquilo que é fundamental para a população brasileira, enfim, os impostos.

Portanto, não podemos, de forma alguma, pensar no sentido de que esse projeto de lei complementar venha onerar o setor produtivo e, sobretudo, o bolso do trabalhador brasileiro. Nós não podemos permitir que se aumente a contribuição, que já chega à casa dos 40% do PIB do Brasil. Nós somos um dos países que mais cobram imposto, mas, em contrapartida, não entregamos o que a população precisa. Quando se precisa de uma boa rodovia, paga-se pedágio; quando se precisa de um bom hospital, paga-se um hospital particular; quando se precisa de uma boa universidade, paga-se uma universidade particular. Quer dizer, o Brasil arrecada muito, cobra muito, mas não devolve à população os benefícios devidos.

A reforma tributária é fundamental, mas temos que ficar atentos aos projetos de lei complementar de que vamos tratar este ano.

Sr. Presidente, eu concluo as minhas palavras também fazendo um apelo a esta Casa, ao Governo, a todos os Parlamentares, para que possamos pautar o Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, do qual sou Relator, que está pronto para ser votado em Plenário. O PLP 108 faz justiça aos pequenos

negócios do Brasil: MEIs e microempresas. Há mais de 15 anos não é atualizado o valor do teto para as microempresas e para o MEI. Isso é um absurdo! Milhares de pequenos negócios já se desenquadraram e estão pagando mais impostos; milhares de outros podem crescer, contratar, gerar mais renda e emprego, e não o fazem porque vão sair do SIMPLES.

Portanto, Sr. Presidente, este PLP 108 é fundamental porque dá condição aos MEIs de contratarem dois trabalhadores — hoje só podem contratar um. E o projeto prevê também aumento do teto de 84 mil para 114 mil. Por fim, o referido projeto eleva o limite de faturamento, para as pequenas empresas, de 300 mil reais para 800 mil reais; para as médias empresas, o teto passará de 4 milhões para 8 milhões. Não há como falar em desenvolvimento econômico ou em crescimento econômico sem a elevação do teto para os MEIs e microempresas do Brasil.

Faço um apelo, portanto, Sr. Presidente, a esta Casa, para que possamos nos debruçar na análise desse PLP 108 e, definitivamente, fazer justiça aos pequenos negócios do Brasil, atualizando e elevando o teto para as pequenas e microempresas do nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 7/9

1.2024	Sessão Ordinária - CD	06/02/2024-17:40
Publ.: DCD - 07/02/2024	Luiz Philippe de Orleans e Bragança-PL -SP	
-		
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado expressou críticas à condução dos trabalhos legislativos em 2023, alegando falta de transparência no debate de reformas tributárias. Ele destacou a interferência do Judiciário no Parlamento, atribuindo instabilidade jurídica e aumento da corrupção a essa relação. Enfatizou a necessidade de um líder na Câmara dos Deputados para resgatar o protagonismo do Congresso Nacional e defendeu a importância do debate público. Ele questionou se em 2024 o Presidente Arthur Lira se destacará como Líder, defensor da soberania da Câmara dos Deputados e da agenda política.

O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PL - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Pompeo de Mattos.

Eu gostaria de dirigir as minhas questões diretamente ao Presidente Lira. Ano

passado, o ano de 2023, na minha opinião foi o pior ano do Legislativo, com a pior condução desta Casa. Éramos chamados de todo o Brasil para compor esta Casa sem conhecer a pauta. Em última instância, antes da abertura dos trabalhos não tínhamos a pauta efetiva de projetos importantes. Portanto, a discussão simplesmente não aconteceu. Poderíamos ter interferido naquilo que estava sendo proposto pelo Governo, por meio do debate parlamentar, assim como fez o antecessor do Presidente Arthur Lira, o Deputado Rodrigo Maia. Por mais antagônicos ideologicamente que sejamos, de partidos diferentes — eu me contrapus à sua conduta também —, a reforma da Previdência foi conduzida de maneira exemplar.

Vimos aqui no mínimo quatro reformas tributárias importantes serem conduzidas sem discussão nenhuma, de maneira açodada, atropelada, sem escuta aos Deputados. Muitas vezes estávamos ali num quarto esperando um acordo. O Parlamento inteiro ficava esperando um acordo entre as Lideranças políticas, o Presidente desta Casa e o Poder Executivo. Que acordos eram esses, nada republicanos, sem discussão com o Parlamento, embora envolvessem interesses do Parlamento, subterfugiando o debate público?

Fica essa questão, que é fato, porque são preocupações da Esquerda, da Direita, do Centro, Presidente Lira. Faço esta manifestação de público porque ontem V.Exa. fez um pronunciamento feroz, colocando-se vorazmente em defesa dos interesses do Parlamento, da soberania do Parlamento. Se não fossem as interferências do Judiciário no Parlamento, não haveria a instabilidade jurídica que hoje o mundo inteiro está vendo! Nossa índice de corrupção aumentou! Temos total falta de transparência e ingerência do Poder Judiciário em todos os Poderes, não só no Legislativo! Isso é falta de liderança! Isso é falta de liderança! Isso é falta de liderança! Precisamos de um Líder na Câmara dos Deputados. Precisamos de um Líder no Senado, para resgatar o Congresso Nacional. Estamos sem Legislativo.

Vejam o impacto de não termos o Legislativo debatendo: um roubo monumental nas finanças públicas, políticas públicas utópicas, que não fazem sentido algum... Mas, como a maior parcela foi negociada, até com ao Presidente da Câmara, não houve debate, não houve polimento, o que até ajudaria o Governo, ou não? Ajudaria o Governo um polimento melhor das reformas tributárias. Ajudaria o Governo uma discussão melhor das políticas públicas que eles têm como parte da sua agenda.

Presidente Lira, 2024 vai ser uma repetição de 2023, ou 2024 será o ano em que V.Exa. se sagrará como líder desta Câmara dos Deputados, como defensor da soberania da Câmara dos Deputados e da agenda política na Câmara dos Deputados, para que nós tenhamos soberania na discussão de qualquer coisa que venha do Executivo e do Judiciário? É essa a liderança que queremos!

Presidente Pompeo de Mattos, muito obrigado pelo tempo. Agradeço profundamente sua amizade.

Documento 8/9

1.2024

Publ.: DCD - 07/02/2024 -

Sessão Ordinária - CD 06/02/2024-20:56

José Airton Félix Cirilo-PT -CE

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou os avanços alcançados em 2023 sob a gestão do Presidente Lula, apesar das dificuldades iniciais para reestruturar a economia do País e investir em áreas como educação, saúde e moradia. Ressaltou que o Brasil subiu no ranking mundial das economias. Mencionou as expectativas positivas para 2024, destacando a regulamentação da reforma tributária, que simplificará e reduzirá a carga tributária para empresas de todos os portes, impulsionando a economia nacional. O Deputado também enfatizou os debates importantes que acontecerão ao longo do ano sobre a educação, incluindo a reforma do ensino médio e do Sistema Nacional de Educação. Ele elogiou as iniciativas do Governo, como a expansão da escola em tempo integral e a valorização dos alunos do ensino médio por meio da bolsa-estudante. Expressou otimismo em todas as áreas, celebrando a democracia e a participação do povo brasileiro.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (Bloco/PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Meu Presidente, eu quero, no início desta sessão legislativa, abraçar os brasileiros e as brasileiras, especialmente o povo cearense, e dizer que 2023 foi um ano de grandes conquistas, mesmo com as dificuldades que teve o Governo do nosso Presidente Lula para arrumar a casa, reestruturar a economia do País e investir no social, na educação, na saúde, na moradia, por meio de vários importantes programas.

O Brasil ocupava a 13^a posição no *ranking* mundial das economias. Passou a ocupar a nona posição. Só isso mostra a grande conquista que obtivemos com a eleição do Presidente Lula, conquista para o nosso povo e para o Brasil no cenário internacional, que acompanhamos.

O ano de 2024, Sr. Presidente, também será de grandes conquistas. Teremos a tarefa de regulamentar a grande reforma tributária que, finalmente, depois de anos e anos de espera, conseguimos aprovar. Este ano será o da regulamentação dessa reforma tributária, que vai simplificar e reduzir a carga tributária. A economia brasileira vai deslanchar com a simplificação e a redução dos tributos, facilitando a vida do pequeno, do médio e do grande empresariado. Isso vai ser fundamental para que o Brasil decole e alcance grandes conquistas no cenário nacional e no internacional.

Neste ano acontecerão grandes debates a respeito da educação. Será discutida a

reforma do ensino médio e também do Sistema Nacional de Educação. Esses debates, por si sós, vão colocar a importância da educação para o nosso País. No ano passado, nós tivemos nessa área um fundamental plano de expansão da escola de tempo integral, de valorização do aluno do ensino médio, com a bolsa-estudante, para facilitar a vida, a poupança desses alunos. Isso é importante, Sr. Presidente.

Nós estamos otimistas em relação a 2024. Este Governo do Presidente Lula terá um ano de grandes realizações, de grandes conquistas, de avanços em todas as áreas. Vamos celebrar, nesse ano eleitoral, uma grande vitória da democracia e do povo brasileiro.

Quero dizer que teremos neste ano grandes embates no Congresso Nacional, que tem dado uma contribuição muito importante para o desenvolvimento do País.

Sr. Presidente, peço que esta fala seja divulgada pelos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Um grande abraço.

Documento 9/9

5.2024 Sessão Ordinária - CD 21/02/2024-16:08

Publ.: DCD - 22/02/2024 Zé Neto RT BA

—

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado celebrou a aprovação da reforma tributária pelo Congresso Nacional, destacando a necessidade de sua regulamentação para atender às demandas da população. Enfatizou a relevância de temas como a tributação sobre a cesta básica, a distribuição dos recursos do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e o Imposto Seletivo. Além do mais, salientou a criação de regimes específicos para diferentes setores da economia, como serviços financeiros e combustíveis. Ademais, destacou a questão dos créditos acumulados de ICMS, defendendo a necessidade de resolver o pagamento devido às empresas pelos Estados de forma equilibrada e responsável. Por fim, reforçou a prioridade da votação da regulamentação da reforma tributária pelo Congresso Nacional, visando atender às expectativas da sociedade e do setor produtivo.



O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste semestre nós temos uma grande tarefa que é bem maior e bem mais necessária do que certa polarização e outra que às vezes se criam nesta Casa, que não vão levar a população brasileira nem os Estados brasileiros a canto nenhum e vão ficar mais num puxa e estica do que propriamente em benefício do povo.

Nós temos a reforma tributária como um dos mais importantes pleitos votados e aprovados aqui nesta Casa — na verdade, no Congresso Nacional —, um pleito de mais de 40 anos da sociedade brasileira. E este Parlamento tem a grande responsabilidade de levar adiante o que já foi uma grande vitória do próprio Parlamento, fazendo a regulamentação dessa reforma tributária. Ela deve ser regulamentada e tratar de temas que realmente dizem respeito, Sr. Presidente, ao dia a dia das pessoas.

Um exemplo é a cesta básica. A reforma prevê tratamento tributário favorável a itens do dia a dia. Quais serão esses itens? Quais serão os percentuais? Isso diz respeito ao dia a dia da população mais pobre, de toda a população que compra cesta básica, que compra alimento, e precisamos regulamentar. Os produtos são diversos: de higiene pessoal, de limpeza, do consumo do dia a dia das pessoas e da família de baixa renda. Isso tem que ser regulamentado, como tem que ser regulamentada a distribuição dos recursos do Imposto sobre Bens e Serviços — IBS.

Nós sabemos que a reforma estabelece uma transição de 50 anos para a partilha desses valores, mas é preciso definir como fazer essa partilha. E como vai ser o funcionamento do comitê gestor que foi criado para gerir o IBS?

A partir de 2027, será instituído o Imposto Seletivo, que vai incidir sobre os produtos e serviços prejudiciais à saúde, ao meio ambiente, e por aí vai. Esse imposto vai substituir a função atualmente exercida pelo IPI e outros. Precisamos tratar neste momento dessa regulamentação, como precisamos tratar dos regimes específicos. Vários regimes estão sendo criados com a reforma tributária, Sr. Presidente, e eles precisam ser tratados. Alguns setores precisam ter e terão regimes específicos, para adaptar as regras tributárias às suas particularidades e às necessidades da economia do nosso Brasil, como serviços financeiros, hotelaria, agências de turismo, atividades esportivas, combustíveis, lubrificantes e outras situações que dizem respeito à manutenção de alguns privilégios tributários necessários para a nossa economia.

Os créditos acumulados de ICMS são outra situação que precisa ser tratada. A reforma terá que resolver a questão dos créditos acumulados do ICMS e garantir o pagamento pelos Estados às empresas com direto a recebê-los num período de 240 meses, ou 20 anos. Essa regulamentação tem que ser feita.

Sr. Presidente, essas não são situações quaisquer, são situações diversas, que precisam ser tratadas com equilíbrio, com maturidade e com a responsabilidade



de se olhar não para o Governo, mas para o País, para o que o povo brasileiro, o que a população, o que o setor produtivo esperam do Estado brasileiro.

Vamos nos próximos dias trazer essa pauta para o centro da prioridade deste Congresso, desta Câmara. Isso, sim, é valioso.
